

Marcelo de Almeida Frota

De: Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional)
Enviado em: terça-feira, 20 de novembro de 2018 16:54
Para: Presidência
Assunto: ENC: Ofício
Anexos: Oficio_0447189.html; Mocao_0447980
_Mocao_de_Apoio_a_aprovacao_do_Projeto_de_Lei_do_Senado_n_219_de_2017_Safo.pdf

-----Mensagem original-----

De: MDIC/SEMPE/DAMPE [mailto:dampe@mdic.gov.br] Enviada em: terça-feira, 20 de novembro de 2018 16:35
Para: Sen. Eunício Lopes de Oliveira (institucional) <eunicio.oliveira@senador.leg.br>
Assunto: Ofício

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminhamos o presente Ofício apresentando a V. Exa. A Moção de Apoio a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017 (complementar) aprovada em deliberação Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - FPMPEs.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar 123/06, é o espaço de interlocução entre o Governo Federal e as instituições nacionais de apoio e representatividade das Micro e Pequenas Empresas. O Fórum está organizado em Comitês Temáticos, dentre os quais o Comitê de Racionalização Legal e Burocrática.

Em reunião realizada em 16 de outubro de 2018, o referido Comitê deliberou pela elaboração de referida Moção, devendo a mesma ser entregue às autoridades competentes. Assim, dando cumprimento à deliberação do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, apresentamos a V.Exª a Moção e Ofício nº 47/2018-SEI-DAMPE/SEMPE em anexo.

Solicitamos por gentileza a resposta à este e-mail confirmando o recebimento.

Atenciosamente,

Departamento de Apoio à Micro e Pequenas Empresas



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS
DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
SAUS QUADRA 2, LOTE 1/A, - Bairro PLANO PILOTO/ Brasília-DF, CEP 70070-020
Telefone: (61) 3411-8442 - <http://www.mdic.gov.br>

Ofício nº 47/2018-SEI-DAMPE/SEMPE

A Sua Excelência o Senhor
Eunício Lopes de Oliveira
Presidente do Congresso Nacional
Senado Federal Anexo 1 17º Pavimento -E-mail: eunicio.oliveira@senador.leg.br
Praça dos Três Poderes - Brasília DF - CEP 70165-900

Assunto: **Moção de Apoio a “aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017 (complementar)”**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 52700.107173/2018-00.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. Cumprimentando-o cordialmente, apresentamos a V. Ex^a. seguinte Moção de Apoio a “**aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017 (complementar)**”.
2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar 123/06, é o espaço de interlocução entre o Governo Federal e as instituições nacionais de apoio e representatividade das Micro e Pequenas Empresas.
3. O Fórum está organizado em Comitês Temáticos, dentre os quais o Comitê de Racionalização Legal e Burocrática.
4. Em reunião realizada em 16 de outubro de 2018, o referido Comitê deliberou pela elaboração de referida Moção, devendo a mesma ser entregue às Autoridades competentes.
5. Assim, dando cumprimento à deliberação do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas, apresentamos a V.Ex^a a Moção em anexo.

Anexos: I - Moção - Fórum Permanente MPE (SEI nº 0447980).

Atenciosamente,

NIZAR RATIB MIDREI

Diretor do Departamento de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

JOSÉ RICARDO DE FREITAS MARTINS DA VEIGA

Secretário Especial
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Secretário Técnico do Fórum Permanente

Presidente do Fórum Permanente



Documento assinado eletronicamente por **Nizar Ratib Midrei, Diretor(a)**, em 31/10/2018, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Jose Ricardo de Freitas Martins da Veiga, Secretário(a) Especial**, em 01/11/2018, às 18:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539](#).



de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0447189** e o código CRC **AE6AB648**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 52700.107173/2018-00

SEI nº 0447189



Moção de Apoio

Moção de Apoio ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 219, de 2017 – Complementar, do Senador Paulo Paim, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), com o objetivo de incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.

As Entidades de Apoio e de Representação Nacional do Segmento de MPE integrantes do **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, previsto no Artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006, no uso de suas prerrogativas regimentais, nos termos do Artigo 14 do Regimento Interno (publicado no Diário Oficial da União nº 170, de 4 de setembro de 2017), requerem que, após serem ouvidas, encaminhe-se a seguinte Moção de Apoio para a **“aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017 (complementar)”**, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 19 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n. 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999", e **busca incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.**

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06 e regido pelo Decreto nº 8.364/14, é o espaço de interlocução entre o Governo Federal, as instituições nacionais de apoio e representatividade das Micro e Pequenas Empresas e os Fóruns Regionais das 27 Unidades da Federação, tendo por finalidade orientar e assessorar a formulação,

coordenação, acompanhamento e avaliação da política nacional de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte, sendo presidido e coordenado pela Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. O Fórum está organizado em Comitês Temáticos, dentre os quais o Comitê de Racionalização Legal e Burocrática.

O Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, de acordo com o Regimento Interno do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, no cumprimento de seu dever institucional de desenvolvimento de estudos, elaboração de propostas e encaminhamento de temas específicos, em especial, de analisar e propor medidas visando à redução ou simplificação de obrigações impostas às microempresas e empresas de pequeno porte, apresenta ao Presidente e ao Secretário Técnico do Fórum **MOÇÃO DE APOIO** relacionada ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 219, de 2017 – Complementar, solicitando o encaminhamento devido conforme proposto pelas Entidades de Apoio e de Representação Nacional do Segmento de MPE integrantes do **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, consoante análise técnica e deliberação a seguir.

ANÁLISE TÉCNICA

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e define as regras do Simples Nacional, no inciso VI do art. 17 veda que ingresse no Simples a microempresa ou a empresa de pequeno porte que *"que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, exceto quando na modalidade fluvial ou quando possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou realizar-se sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores"*.

Cumprе esclarecer que anteriormente a vedação de ingresso no Simples era completa para quaisquer prestadores de serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros. Porém, desde o ano de 2015, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, a Lei do Simples Nacional foi modificada, para passar a

permitir que pudessem ingressar no regime tributário em análise as empresas que prestem serviços de transporte intermunicipal ou interestadual de passageiros na modalidade fluvial ou que tiverem características de transporte urbano ou metropolitano ou, ainda, que trabalhem sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores.

No entanto, ao permitir que somente uma parcela das transportadoras de passageiros ingressasse no Simples Nacional, a Lei Complementar nº 147, de 2014, deixou desamparadas todas as demais empresas do segmento que realizam o transporte especial, mormente o turístico.

O tema já foi debatido pela Receita Federal, mediante as Solicitações de Consulta nº 66, de 2013, e nº 26, de 2017. A primeira concluiu afirmando que já pode optar pelo Simples Nacional a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que exerça as atividades inerentes a agência de viagens e turismo, inclusive a prestação de serviço de transporte turístico com frota própria, independentemente de esse transporte ocorrer dentro de um município, entre municípios ou entre estados. Por sua vez, a segunda consulta concluiu que diversas atividades de transporte de passageiros são abarcadas pela legislação atual, mas que a atividade de organização de excursões intermunicipal, interestadual e internacional em veículos rodoviários próprios não podem optar pelo Simples Nacional. Sendo assim, basicamente os micro e pequenos empresários que realizam sua atividade de transporte turístico em veículos próprios estão proibidos de aderir ao Simples.

Ademais, a Lei também acabou por deixar de levar em consideração que muitos transportadores de passageiros realizam mais de um tipo de transporte (por exemplo, escolar e turístico), o que fez com que, mesmo com a alteração legislativa de 2014, muitas empresas não tenham sido por ela beneficiadas. Além das distorções intrasetoriais expostas, há que se levar em consideração a conjuntura econômica. Afinal, o transporte intermunicipal e interestadual de passageiros em regime de fretamento é realizado, de forma considerável, por microempresas e empresas de pequeno porte que vem sofrendo gravemente com a crise econômica dos últimos anos, tendo experimentado queda

expressiva na demanda, o que, aliada a alta carga tributária e concorrência com o transporte clandestino de passageiros, motivou muitos empresários a encerrarem suas atividades.

Portanto, não restam dúvidas que com a aprovação do presente PLS (**Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017 - Complementar**) e a subsequente possibilidade de ingresso no Simples Nacional pelas empresas que prestam o serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiro haverá redução de custos, crescimento do setor e diminuição dos trabalhadores informais. Tudo isso resultará em maior competitividade no mercado, com o oferecimento de melhores serviços e preços ao usuário final, culminando, por fim, no aumento da arrecadação tributária para o governo.

DELIBERAÇÃO

Ante ao exposto, considerando-se o inegável interesse público de que se reveste a matéria, após a deliberação das Entidades de Apoio e de Representação Nacional do Segmento de MPE integrantes do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nesta reunião do Comitê Temático de Racionalização Legal e Burocrática, em 16 de outubro de 2018, solicitam, ao Presidente e ao Secretário Técnico do Fórum que sejam endereçados Ofícios: ao Autor do projeto de lei em questão, Senador Paulo Paim; ao Relator Atual, Senador José Pimentel; ao Presidente da Comissão atual onde se encontra o PLS, Senador Tasso Jereissati; e ao Presidente do Senado Federal, o Senador Eunício Oliveira, dando-lhes ciência desta proposição.

Brasília, 16 de outubro de 2018.

Entidades de Apoio e de Representação Nacional do Segmento de MPE
Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 10 de dezembro de 2018.

Senhor Nizar Ratib Midrei, Diretor do Departamento de Apoio à Micro e Pequenas Empresas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – SEI-DAMPE/SEMPE,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício nº 47/2018-SEI-DAMPE/SEMPE, de Vossa Senhoria, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Assuntos Econômicos** do Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2017, que *“Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que “Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1ode maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999”, para incluir nas regras do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.”.*

Atenciosamente,


Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa